

# A VIOLÊNCIA REVOLUCIONÁRIA EM MARX E ENGELS

Pedro de Araújo Fernandes<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca analisar como o papel atribuído à violência revolucionária sofreu modificações nos textos de Karl Marx e Friedrich Engels. Busca-se destacar, por um lado, a aparente mudança de posição dos autores em relação ao tema, e, ao mesmo tempo, o fato de que os autores não chegaram a rejeitar a via revolucionária. O artigo aborda, em especial, as contribuições de Engels sobre o tema, visto que, diferente de Marx, ele chega a estudar a violência enquanto um objeto de teórico central em uns de seus textos e, também, devido às suas aparentes mudanças de posição após a morte de Marx.

**Palavras-chave:** Revolução; Violência; Engels; Via Pacífica.

**Abstract:** This article analyses the changes in the role attributed to revolutionary violence in the texts of Karl Marx and Friedrich Engel. The aim is to demonstrate their apparent change of position and, at the same time, that they didn't reject the revolutionary path. The contributions of Engels, in particular, are taken into consideration, due to the fact that, unlike Marx, violence is a central theoretic object to him in some of his texts, and due to his apparent changes of positions after the death of Marx.

**Key-words:** Revolution; Violence; Engels; Peaceful Path.

---

<sup>1</sup> IESP-UERJ.

O papel da violência no processo revolucionário, no pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels, constitui um objeto de estudo complexo. Os autores não mantiveram uma posição fixa em relação ao tema e também o abordaram diretamente poucas vezes. Eles fazem referências à violência em muitos de seus textos e em muitas correspondências, mas ela, em geral, aparece em comentários e frases que, apesar de muito significativas e contundentes, não constituem o tema central tratado por eles. Eles discorrem inúmeras vezes sobre eventos históricos violentos, mas a violência considerada em abstrato é abordada de modo profundo, talvez, somente em o *Anti-Dühring*, escrito por Engels sozinho em 1878 (Morfini, 2008).

Além da multiplicidade de posições políticas sobre a via pacífica para o socialismo ao longo da história, as formulações teóricas sobre as posições de Marx e Engels são as mais variadas possíveis. Sidney Hook argumenta que para os autores a revolução pode ser pacífica ou violenta, mas que é necessariamente democrática (Hook, 1973). Richard Miller afirma que, em última instância, mesmo o Marx “maduro” considerava a luta violenta como inevitável em um processo de mudança radical (Miller, 1984). Shmolo Avineri, por sua vez, considera que para Marx a violência física era supérflua, e que, para ele, a revolução nos países desenvolvidos ocorreria pelo sufrágio universal, que resolve o conflito entre Estado e sociedade civil (Avineri, 1968).

O fato de existir uma grande multiplicidade de interpretações sobre a posição de Marx e Engels quanto à violência se articula ao fato de os autores terem adotado certa ambiguidade em relação ao tema. Eles abordavam a questão de maneira essencialmente utilitária. As suas considerações eram táticas e estratégicas, e variavam conforme o contexto político dos seus escritos. As posições políticas de Marx e Engels em relação à violência, pelo menos na superfície, não se manteve imóvel ao longo das suas vidas. Em alguns momentos eles parecem se aproximar de Robespierre, para quem a virtude sem o terror é impotente. Em outros eles parecem se distanciar em absoluto do tipo de posição adota pelo revolucionário jacobino, considerando-a uma armadilha.

A mudança de posição não é aleatória. O Marx e Engels “maduros” não frisavam a inevitabilidade e necessidade da revolução violenta como faziam quando mais jovens, o

que não quer dizer que, em princípio, eles tenham alterado seu entendimento. Isso não somente devido à “maturidade” teórica dos dois. Suas posições variaram conforme o contexto político, ou melhor, conforme a leitura que tinham das forças em disputa e da viabilidade de uma revolução violenta. E esta leitura variou bastante em função do acúmulo de experiência que tiveram com base nos acontecimentos históricos do século XIX, alguns dos quais com o envolvimento deles.

Nos escritos produzidos no período próximo à Primavera dos Povos de 1848, ano do *Manifesto Comunista*, os autores consideravam explicitamente como inevitáveis a revolução e a utilização da violência no processo revolucionário. Neste período os autores consideravam que a luta de classes, enquanto força motriz da história, levaria necessariamente à derrubada violenta do sistema capitalista pelo proletariado. Este desfecho é inevitável e isto constitui, neste momento, o cerne do sistema teórico desenvolvido por eles. A violência apesar de inevitável, é um momento passageiro que corresponde ao momento de dominação política de uma classe em particular, a classe proletária, cuja missão histórica é justamente a criação de uma sociedade sem classes em geral. Essa missão histórica está fadada a ser levada a cabo violentamente:

“Se o proletariado na luta contra a burguesia necessariamente se unifica em classe, por uma revolução se faz classe dominante e como classe dominante suprime violentamente as velhas relações de produção, então suprime juntamente com estas relações de produção as condições de existência da oposição de classes, as classes em geral, e, com isto, a sua própria dominação como classe” (Marx, 1997).

O choque de natureza violenta entre as classes não pode ser evitado. A contradição entre as classes é, ela mesma, o pano de fundo brutal da sociedade e, até que esta contradição seja eliminada com o fim do antagonismo de classes, a luta violenta entre as classes existirá. Marx, em *A Miséria da Filosofia*, escrito em resposta à “Filosofia da Miséria” de Pierre-Joseph Proudhon, chega a exortar a luta sanguinária, em uma passagem em que reproduz as palavras da romancista francesa feminista Amandine Dupin:

(...) o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de uma classe contra outra, luta que, levada à sua expressão mais alta, é uma revolução total. Ademais, é de provocar espanto que uma sociedade, fundada na oposição de classe, conduza na contradição brutal, a um choque de corpo contra corpo como

derradeira solução? Não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não há, jamais, movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social. Somente numa ordem de coisas em que não existam mais classes e antagonismos entre classes as evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas. Até lá, às vésperas de cada reorganização geral da sociedade, a última palavra da ciência social será sempre: “O combate ou a morte: a luta sanguinária ou o nada. É assim que a questão está irresistivelmente posta.” (George Sand)” (Marx, 1985)

A inevitabilidade aqui, é dupla. A revolução é inevitável e a violência também. Ambos estão essencialmente entrelaçados; a revolução é violenta. Apesar deste tipo de posição, presente nos textos escritos por Marx sozinho e por Marx e Engels neste período, Engels chegou a afirmar explicitamente o desejo de que a abolição da propriedade privada dos meios de produção através de métodos pacíficos seja possível:

Seria de desejar que isso (a via pacífica) pudesse acontecer, e os comunistas seriam certamente os últimos que contra tal se insurgiriam. Os comunistas sabem muitíssimo bem que todas as conspirações são não apenas inúteis, como mesmo prejudiciais. Eles sabem muitíssimo bem que as revoluções não são feitas propositada nem arbitrariamente, mas que, em qualquer tempo e em qualquer lugar, elas foram a consequência necessária de circunstâncias inteiramente independentes da vontade e da direcção deste ou daquele partido e de classes inteiras. Mas eles também vêem que o desenvolvimento do proletariado em quase todos os países civilizados é violentamente reprimido e que, deste modo, os adversários dos comunistas estão a contribuir com toda a força para uma revolução. Acabando assim o proletariado oprimido por ser empurrado para uma revolução, nós, os comunistas, defenderemos nos actos, tão bem como agora com as palavras, a causa dos proletários (Engels, 1982).

Aqui está claro que Engels defende, na hipótese de uma transformação pacífica ser possível, que os comunistas devem apoiá-la. Entretanto, esta é uma consideração meramente hipotética, visto que a condição inicial é negada. Ou seja, a via pacífica é desejável, mas impossível. O sentido almejado por Engels neste trecho de *Princípios Básicos do Comunismo* é justamente salientar este contraste.

A reação brutal que se abateu sobre a Europa após os movimentos revolucionários de 1848 fez com que Marx e Engels se tornassem ainda mais convictos da inevitabilidade

e necessidade da violência. No seu artigo *A vitória da contra-revolução em Viena*, escrito para a *A Nova Gazeta Renana* em 1848 por ocasião da derrota dos revolucionários vienenses para os exércitos austríaco e croata, Marx defende abertamente o terror revolucionário como um modo de encurtar as dores do parto de uma nova sociedade:

“A carnificina inútil desde as jornadas de junho e outubro, a enfadonha festa de sacrifício desde fevereiro e março, o canibalismo da própria contra-revolução convencerão o povo de que só há um meio para encurtar, simplificar, concentrar as terríveis dores da agonia da velha sociedade e as sangrentas dores do nascimento da nova sociedade, só um meio — o terrorismo revolucionário” (Marx, 2014).

Marx justifica, aqui, o terrorismo com base na ideia de que ele funciona como uma espécie de acelerador do processo histórico. Sua existência é como um remédio amargo, que, no cômputo geral, diminui as agonias associadas à revolução. Trata-se, assim, de uma tática usada na fase revolucionária, e não da base do poder político na nova sociedade. Neste sentido, a interpretação que ele faz dos eventos de 1848 é a de que o fracasso da revolução é, ao mesmo tempo, sua vitória por forçar o lado derrotado – os revolucionários – a adotarem uma posição revolucionária mais radical e desenvolvida. A crítica central que Marx fez a estas revoluções foi a de que elas foram prematuras, de que ocorreram antes que as circunstâncias históricas permitissem o seu sucesso e, assim, o fracasso contribuiria para maturidade das revoluções que estavam por vir.

A onda revolucionária ainda mais radical que deveria suceder 1848, contudo, não veio. Após o *18 de Brumário de Luis Bonaparte*, em que Marx faz uma análise materialista dos eventos históricos ligados ao golpe de 1851 na França e desenvolve sua teoria acerca do Estado capitalista, Marx e Engels passaram a focar o funcionamento da economia capitalista, e o elemento histórico-teleológico do pensamento deles deixou de estar no centro das suas considerações teóricas, o que não significa que tenha sido deixado de lado. Ao mesmo tempo, na própria atuação política, eles passaram a entrar em conflito com os setores mais à esquerda do movimento revolucionário, em particular com os anarquistas que defendiam a tática da ação direta e com os conspiracionistas blanquistas que queriam uma insurreição imediata. A posição política dos dois autores passou a ser relativamente mais moderada em relação a estes setores que, muitas vezes, eles consideravam ávidos por uma ação prematura.

Não obstante, eles continuaram a defender a necessidade da violência no processo histórico. Inclusive, na grande obra de Marx, *O Capital*, que é uma obra sobre o funcionamento do capitalismo, ele faz talvez a sua mais célebre – e explícita – referência ao papel da violência: “*A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova*” (Marx, 2011).

Apesar de criticarem a prematuridade de grande parte dos movimentos revolucionários subsequentes a 1848, costumando ter uma perspectiva pessimista em relação a estes, eles costumavam defender publicamente os revolucionários e atribuíam o fracasso à sua tibieza. Foi assim em relação à Comuna de Paris, quando os operários decidiram “tomar o céu de assalto” e foram massacrados:

“Depois de seis meses de fome e ruína causados mais pela traição interna do que pelo inimigo externo, eles se erguem sob as baionetas prussianas como se não tivesse havido nenhuma guerra entre França e Alemanha e como se o inimigo ainda não se encontrasse às portas de Paris! Se caírem, a culpada por isso será tão somente sua “generosidade”. Deviam ter marchado imediatamente para Versalhes, depois que Vinoy e, mais tarde, a própria parte reacionária da Guarda Nacional de Paris haviam abandonado o campo de batalha. Deixaram passar o momento certo por escrúpulos de consciência. Não quiseram iniciar a guerra civil, como se Thiers, este mischievous avorton, já não a tivesse iniciado com sua tentativa de desarmar violentamente Paris! Segundo erro: o Comitê Central renunciou ao seu poder cedo demais para dar lugar à Comuna. Novamente por causa de uma “nobilitante” escrúpulosidade! Porém, mesmo com tudo isso, esse levante de Paris – ainda que derrubado pelos lobos, porcos e cães abjetos da velha sociedade – é o ato mais glorioso de nosso partido desde a Insurreição de Junho em Paris” (Marx, 2011).

A posição de Marx e Engels ficou consideravelmente mais moderada após a Comuna de Paris. O fracasso da revolução e as vitórias parlamentares levou a um enfraquecimento da perspectiva insurrecional e a um maior foco nas atividades políticas institucionais, embora de modo algum a ideia de uma revolução tenha sido abandonada pelos autores.

Neste período Friedrich Engels, em escrito que produziu sozinho, faz a principal abordagem filosófica sobre a violência. Na segunda seção do livro *Anti-Dühring*, cujo título é “econômica política”, Engels escreve uma subseção com intitulada “teoria da

violência”. Essa abordagem levaria à produção, em 1888, de um texto chamado *O Papel da Violência na História* que, ao contrário do que o título indica, é mais uma abordagem sobre os acontecimentos envolvendo a política de “sangue e ferro” de Otto Von Bismarck do que uma reflexão em abstrato sobre o papel da violência na história. O *Anti-Dühring* foi escrito em 1878 em resposta ao socialista positivista Eugen Dühring, um crítico do marxismo influente no movimento social-democrata alemão, que afirmava a primazia da violência política sobre os fenômenos econômicos. Engels afirma, no livro, que a violência não pode ser considerada como causa primeira. Ela depende da existência prévia de determinados fatores sociais e econômicos, da capacidade de produzir e dispor dos recursos, como o domínio sobre a produção das armas que, por sua vez, depende do domínio sobre a produção em geral. Ainda, Engels se opõe à concepção defendida por Dühring de que a violência é a maldade absoluta. Para o autor a violência, que não pode ser compreendida a-historicamente, tem também um papel histórico revolucionário. Ela despedaça as formas políticas fossilizadas e mortas, abrindo caminho para a nova sociedade.

Após a morte de Karl Marx, Engels passou a ter uma posição política consideravelmente mais centrada nos ganhos através dos meios legais e institucionais. Neste período, nos anos 1880 em diante, os movimentos social-democratas passaram a obter significativas vitórias nos parlamentos europeus, notadamente na Alemanha. Quando o Partido Social-Democrata da Alemanha foi legalizado em 1890, após ter sido proibido pelas leis anti-socialistas de Bismarck, ele passou a obter uma votação imensa nas eleições parlamentares alemãs. O partido, inclusive, obteve o maior número de votos nas eleições parlamentares do Reichstag de 1890 até 1932, quando o Partido Nazista foi o mais votado. Ao mesmo tempo, a social-democracia tornava-se mais reformista e os seus elementos revolucionários perdiam força.

No prefácio que Engels faz em 1895 da *Luta de Classes na França*, ele explicitamente afirma que o tempo das insurreições havia chegado ao fim. Afirmando, por um lado, que as lutas de rua ainda seriam importantes, Engels afirma que as condições da época favoreciam inequivocamente as forças reacionárias neste tipo de conflito. Ainda, afirma que tais forças buscavam provocar os revolucionários para um conflito armado aberto para, então, os aniquilarem. Isso em um contexto em que os social-democratas ganhavam cada vez mais espaço através das eleições:

“O tempo dos ataques de surpresa, das revoluções levadas a cabo por pequenas minorias conscientes à frente das massas inconscientes, já passou. Sempre que se trata de uma transformação completa da organização social são as próprias massas que devem estar metidas nela, têm de ter compreendido já o que está em causa, por que é que dão o sangue e a vida. Isto foi o que a história dos últimos cinquenta anos nos ensinou. Mas para que as massas entendam o que há a fazer é necessário um longo e perseverante trabalho; e esse trabalho é precisamente o que agora estamos realizando e com um êxito que leva os nossos adversários ao desespero. (...) A ironia da história universal põe tudo de cabeça para baixo. Nós, os "revolucionários", os "subversivos", prosperamos muito melhor com os meios legais do que com os ilegais e a subversão. Os partidos da ordem, como eles se intitulam, afundam-se com a legalidade que eles próprios criaram. Exclamam desesperados com Odilon Barrot: La legalité nous tue, a legalidade mata-nos, enquanto nós, com essa legalidade, revigoramos os nossos músculos e ganhamos cores nas faces e parecemos ter vida eterna. E se nós não formos loucos a ponto de lhes fazermos o favor de nos deixarmos arrastar para a luta de rua, não lhes restará outra saída senão serem eles próprios a romper esta legalidade tão fatal para eles” (Engels, 2018).

Isso não significa, de modo algum, que Engels tenha abandonado uma perspectiva revolucionária e nem mesmo que suas posições correspondessem às posições dominantes no Partido. Sua posição é orientada, acima de tudo, por considerações estratégicas. Por décadas movimentos revolucionários eclodiam em toda a Europa e eram subsequentemente esmagados pelas forças da reação e, pela primeira vez, os trabalhadores conseguiam obter grandes conquistas através da legalidade, e ganhavam espaço considerável no parlamento. Engels, então passou a adotar uma posição mais flexível em relação à via pacífica, orientada por considerações circunstanciais, e não por um abandono da perspectiva revolucionária.

A diferença entre a posição de Engels e a corrente reformista na social-democracia se torna clara na crítica que ele faz ao rascunho do programa social-democrata de 1891. Ele considera que este programa avançou muito em relação ao Programa de Gotha, duramente criticado por Marx e ele, visto que este novo programa havia eliminado os elementos “lassalianos” e vulgares. Entretanto, ele alerta que o oportunismo estava ganhando terreno entre os social-democratas e que, em um país monárquico e autocrático como a Alemanha, apostar totalmente na via pacífica era um equívoco:



“Temendo uma renovação da lei Anti-Socialista, ou relembrando todos os discursos precipitados feitos na vigência daquela lei, eles (os oportunistas) querem que o Partido considere a presente ordem legal na Alemanha adequada para pôr em prática todas as demandas do Partido por meios pacíficos. Estas são tentativas de convencer a si mesmo e ao Partido de que a sociedade atual está se desenvolvendo em direção ao socialismo sem se perguntar se ela não necessariamente supera a antiga ordem social, e se ela não precisará romper esta velha casca pela força, assim como um caranguejo quebra a sua casca, e também se na Alemanha, além disso, ela não terá que esmagar os grilhões da sua ordem política absolutamente confusa e ainda semi-absolutista. Pode-se conceber que a antiga sociedade pode se desenvolver pacificamente na nova em países onde os representantes do povo concentram todo o poder em suas mãos, onde, se alguém tem o apoio da maioria das pessoas, pode-se fazer como julgar conveniente de maneira constitucional: em repúblicas democráticas como a França e os EUA, em monarquias como a Grã-Bretanha, onde a abdicação iminente da dinastia em troca de compensação financeira é discutida diariamente no jornal e onde esta dinastia é impotente contra o povo. [...] Mas o fato de que na Alemanha não é permitido nem defender abertamente um programa partidário republicano prova quão totalmente equivocada é a crença que uma República, e não apenas uma República mas uma sociedade socialista, pode ser estabelecida de maneira pacífica e tranquila.”<sup>2</sup> (Engels, 1936) (Tradução minha).

Engels, portanto, não deixa dúvida de que enxergava limites na atuação dos comunistas dentro da institucionalidade e da legalidade. A escolha das vias de luta dos comunistas dependia das circunstâncias e não se podia perder de vista o caminho revolucionário. Ainda, existe um debate teórico sobre uma possível distorção das posições de Engels pela liderança do Partido Social Democrata Alemão do final do século

---

<sup>2</sup> Fearing a renewal of the Anti-Socialist Law, or recalling all manner of over-hasty pronouncements made during the reign of that law, they now want the party to find the present legal order in Germany adequate for putting through all party demands by peaceful means. These are attempts to convince oneself and the party that “present-day society is developing towards socialism” without asking oneself whether it does not thereby just as necessarily outgrow the old social order and whether it will not have to burst this old shell by force, as a crab breaks its shell, and also whether in Germany, in addition, it will not have to smash the fetters of the still semi-absolutist, and moreover indescribably confused political order. One can conceive that the old society may develop peacefully into the new one in countries where the representatives of the people concentrate all power in their hands, where, if one has the support of the majority of the people, one can do as one sees fit in a constitutional way: in democratic republics such as France and the U.S.A., in monarchies such as Britain, where the imminent abdication of the dynasty in return for financial compensation is discussed in the press daily and where this dynasty is powerless against the people. [...] But the fact that in Germany it is not permitted to advance even a republican party programme openly, proves how totally mistaken is the belief that a republic, and not only a republic, but also communist society, can be established in a cosy, peaceful way.

XIX. O socialista norte-americano Hal Draper argumenta, baseado em trocas de correspondências de Engels, que Engels modificou o seu prefácio de 1895 por pressão do Comitê Executivo do Partido. Ainda, Wilhelm Liebknecht teria escolhido alguns pontos do prefácio para defender a ideia de que Engels acreditava ser possível a superação do capitalismo somente pelo voto. Em uma carta para Lafargue, de 1895, Engels diz que Liebknecht lhe “pregou uma peça”, e que aproveitou do seu texto tudo o que interessava à sua defesa das táticas pacíficas e não violentas a qualquer custo. Poucos anos depois Eduard Bernstein chamaria este texto de Engels de o “último testamento”, no qual, segundo ele, Engels exorta o Partido a abandonar a revolução violenta (Draper, 2011).

Essa tensão entre o elemento revolucionário e o elemento reformista da social-democracia pouco tempo depois - quando Engels não estava mais vivo – se tornaria em conflito aberto e acabaria levando à cisão. O destaque que a crítica ao oportunismo e ao economicismo iria adquirir posteriormente, como nos ataques de Lenin e Rosa Luxemburgo a Eduard Bernstein no começo do século XX, evidenciam a fratura no seio do movimento.

A eclosão da 1ª Guerra Mundial, na qual a posição social-patriota se torna hegemônica no campo de esquerda até então, com os diversos Partidos Social-Democratas apoiando os esforços de guerra de seus países, leva à crise do reformismo social-democrata, com os antagonismos nacionais se sobrepondo ao internacionalismo de classe. A 2ª Internacional, da qual Engels foi um dos fundadores, torna-se obsoleta e o movimento revolucionário comunista do século XX tem o seu berço com o sucesso dos bolcheviques na revolução russa.

A consideração das posições de Marx e Engels a respeito da violência a partir de consideração dos seus diversos escritos, levando em consideração a multiplicidade de suas posições, deixa claro que a posição deles em relação à violência revolucionária era essencialmente pragmática. As contribuições de Engels após a morte de Marx, num contexto de grandes ganhos da social-democracia no parlamento, tornam isso ainda mais evidente. Ao mesmo tempo, não houve uma renúncia, por parte dos autores, da ideia histórico-teleológica, nem um abandono total da via revolucionária. O que parece ser mais relevante, aqui, é que o reconhecimento do papel da violência na história, inclusive em um processo radical de superação da sociedade capitalista, não é o mesmo que defender, *a priori*, a violência como um instrumento revolucionário. Esta defesa adquire uma

conotação política cujo sentido depende das determinações particulares de cada contexto. Assim, ela pode ser, em alguns momentos, uma armadilha reacionária e, em outros, uma necessidade revolucionária.

### **Referências bibliográficas**

AVINERI, Shlomo. *The social and political thought of Karl Marx*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

DRAPER, Hal. *Karl Marx's Theory Of Revolution*. Nova York: Monthly Review Press, 2011.

ENGELS, Friedrich. *Princípios Básicos do Comunismo*. Lisboa: Avante, 1982.

\_\_\_\_\_. *Prefácio de As Lutas de Classes na França*. 2018. Disponível em <https://movimentorevista.com.br/2018/05/prefacio-lutas-de-classes-em-franca-engels-eleicoes/>

\_\_\_\_\_. *A Critique of the Draft Social-Democratic Program of 1891*. Moscow, 1936.

\_\_\_\_\_. *O papel da violência na história*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

HOOK, Sidney. *Myth and Fact in the Marxist Theory of Revolution and Violence*. Pennsylvania. Journal of the History of Ideas Vol. 34, No. 2. 1972. pp. 271-280

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Editora Avante, 1997.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Vitória da Contra-Revolução em Viena*. São Paulo: PUC SP Revista Margem, 2014.

MILLER, Richard. *Analyzing Marx*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

MORFINO, Vittorio. *A sintaxe da violência entre Hegel e Marx*. Trans/Form/Ação. Marília. Vol. 31, N º2. 2008.